



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL – OLEO DIESEL N.º 0106/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2023

Que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal, Sr. NELTON BRUM, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado a empresa **CAVACO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 18.165.161/0001-09, com sede na Av. José Bonifácio, 1445 – centro – São José das Palmeiras/PR, neste ato representada por sua sócia-administradora a Sra. Sirlene Dal Pozzo da Costa, brasileira, casada, do comércio, residente na Rua Marechal Candido Rondon, 949 - centro – São José das Palmeiras-PR, portador da RG 6.492.839-2 SSP/PR e CPF n.º 020.345.619-02, doravante denominado CONTRATADO, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula primeira – Do objeto – aquisição de óleo diesel comum para atender a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial n.º 047/2023, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

Cláusula Terceira – Do preço, condições de pagamento, do reajustamento - O preço é seguinte será de R\$ 6,15 (seis reais e quinze centavos) por litro, totalizando o valor máximo de até R\$ 922.500,00 (novecentos e vinte e dois mil e quinhentos reais) até o término do contrato. O (s) pagamento (s) será (ao) efetuado (s) entre os dias 10 (dez) a 30 (trinta) do mês subsequente ao da entrega dos produtos, sendo que as notas fiscais/ faturas devem ser protocoladas com no mínimo quatro dias de antecedência e sempre acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débitos Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais; 6) Certidão de Débitos Trabalhistas.;

Parágrafo Primeiro – O controle da distribuição do combustível será feito por intermédio de requisições assinadas pelo servidor efetivo **Sr. Cleber de Carvalho Pierazo**. Na sua ausência, pelo suplente **Sr. Elessandro de Oliveira**, podendo, a qualquer tempo serem substituídos por ato do executivo.

Parágrafo Segundo – Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços, caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, conforme disposto no art. 65, alínea 'd' da Lei 8.666/93, em face do reajuste determinado pela ANP – AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO. Caso ocorra variação de preços, a contratada deverá solicitar o reajuste formalmente ao MUNICIPIO, devidamente acompanhado o requerimento de documentos que comprovem a procedência do pedido, bem como nota fiscal de aquisição do (s) produto (s).

Parágrafo Terceiro: O equilíbrio econômico-financeiro, dar-se-á mediante comprovação pelo solicitante, da mesma MARGEM DE LUCRO existente na data do edital de Pregão Presencial em epígrafe. O pedido de equilíbrio econômico-financeiro não poderá ser superior aos preços máximos



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



da tabela publicada pela ANP, praticados na região de Toledo/PR. Subsidiariamente, na hipótese do sistema de tabelamento de preço da ANP encontrar-se indisponível/desatualizado, poderá ser aplicado o preço máximo de Cascavel/PR ou Marechal Cândido Rondon/PR, optando-se pelo menor preço máximo entre estas cidades.

Parágrafo Quarto – O fornecedor se obriga a manter estoques regulares, para garantir o fornecimento dos combustíveis 07 (sete) dias por semana, a fim de atender imediatamente a solicitação do contratante.

Parágrafo Quinto : Em virtude da IN nº 2145/23 da RFB, publicada no último dia 27 de junho, alterou a IN nº 1234/12 da RFB, bem como o Decreto Municipal n.º 086/2023, a administração pública direta municipal, ao efetuar o pagamento a fornecedores, referente a qualquer mercadoria ou serviço contratado ou prestado, procederá a retenção do imposto de renda (IR) a partir de 01 de setembro de 2023.

Parágrafo Sexto: Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais elencados no capítulo III da Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012.

Parágrafo Sétimo: As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero do IR devem informar essa condição nos documentos fiscais, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

Cláusula - Quarta – Da duração e do crédito orçamentário – O presente contrato expira-se em 30 de novembro de 2024. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação.

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	970	05.001.12.361.0004.2029	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1030	05.001.12.361.0004.2030	123	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1031	05.001.12.361.0004.2030	1043	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1140	05.001.12.361.0004.2033	107	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1240	05.001.12.361.0004.2034	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1440	05.001.12.365.0004.2035	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1660	05.001.12.365.0004.2040	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	1870	05.002.13.392.0005.2045	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2610	06.002.10.301.0007.2059	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2920	06.002.10.304.0007.2063	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2960	06.002.10.305.0007.2064	494	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2961	06.002.10.305.0007.2064	49410	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	2962	06.002.10.305.0007.2064	49412	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3300	07.001.15.452.0008.2071	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3310	07.001.15.452.0008.2071	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



2023	3320	07.001.15.452.0008.2071	507	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3330	07.001.15.452.0008.2071	510	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3340	07.001.15.452.0008.2071	511	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3590	07.002.26.782.0009.2072	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3600	07.002.26.782.0009.2072	504	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3610	07.002.26.782.0009.2072	505	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3620	07.002.26.782.0009.2072	511	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3630	07.002.26.782.0009.2072	512	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3640	07.002.26.782.0009.2072	742	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2023	3850	08.002.20.606.0010.2080	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3860	08.002.20.606.0010.2080	505	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3870	08.002.20.606.0010.2080	742	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3871	08.002.20.606.0010.2080	504	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	3990	09.001.08.244.0012.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4200	09.002.08.244.0012.2086	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4250	09.002.08.244.0012.2087	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4520	09.003.08.243.0012.2093	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4580	09.003.08.243.0012.2094	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2023	4690	09.005.08.241.0012.2096	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

Cláusula quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Advertência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
4. Será de 0,1% do valor do contrato reajustado até a data do ocorrida, a multa por dia de paralização injustificada da obra;
5. Rescisão do contrato, pelos motivos previstos no artigo 78 da lei 8.666/93, conforme o caso.

Clausula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.



Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: Contratada não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

Cláusula Oitava: A entrega dos produtos deverá ocorrer quando da solicitação da CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro: Os combustíveis deverão ser entregues no município de São José das Palmeiras.

Parágrafo Segundo: As quantidades máximas inicialmente licitadas, constantes no anexo I do presente pregão presencial, poderão ser inferiores de acordo com a necessidade da Administração.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a fornecer garantia dos materiais, conforme regras previstas na Lei nº 8.078/90.

Cláusula Nona – Da Fraude e da Corrupção

1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
 - c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
 - d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
 - e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção
2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.
3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima– Da fiscalização - A Execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sr. Douglas de Alencar Colombelli**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



irregularidade, inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA

Cláusula Décima Primeira- Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

Cláusula Décima Segunda - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Terceira - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 29 de Novembro de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

Contratante

CAVACO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP

Contratado

Testemunhas:



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEL – OLEO DIESEL N.º
0106/2023
PREGÃO PRESENCIAL N.º 047/2023.**

OBJETO: aquisição de óleo diesel comum para atender a Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes do Município de São José das Palmeiras

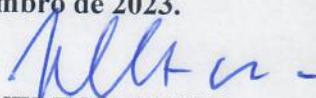
CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: CAVACO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP

VALOR: R\$ 6,15 (seis reais e quinze centavos) por litro, totalizando o valor máximo de até R\$ 922.500,00 (novecentos e vinte e dois mil e quinhentos reais) até o término do contrato.

VIGÊNCIA: Expira – se em 30 de Novembro de 2024.

São José das Palmeiras, em 29 de Novembro de 2023.


NELTON BRUM
Prefeito Municipal